

APÊNDICE E

FUNCIONAMENTO DAS CONTAS DA CONCESSÃO

CONCESSÃO PATROCINADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO DENOMINADO LOTE RODOANEL NORTE

FUNCIONAMENTO DA CONTA CENTRALIZADORA

1. A CONTA CENTRALIZADORA, de titularidade da CONCESSIONÁRIA, receberá os recursos decorrentes da arrecadação tarifária, bem como a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA DEVIDA, e operacionalizará os descontos relacionados aos INDICADORES DE DESEMPENHO e ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO, nos termos do APÊNDICE D.

FUNCIONAMENTO DA CONTA RESERVA

2. A CONTA RESERVA, indicada na Cláusula Trigésima Sétima do CONTRATO, de movimentação restrita às destinações ou vinculações previstas no CONTRATO e seus ANEXOS, será aberta e mantida às expensas da CONCESSIONÁRIA, obrigatoriamente junto ao Banco do Brasil S.A. em razão do previsto no Decreto Estadual nº 62.867, de 03 de outubro de 2017, até a conclusão das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO e encerramento do PERÍODO DE CONSTRUÇÃO, conforme definido no ANEXO 19.
 - 2.1. A ADJUDICATÁRIA deverá praticar todos os atos necessários, que lhe couberem, para abrir e manter a CONTA RESERVA, para a qual será transferido montante equivalente ao APOORTE PÚBLICO MÁXIMO.
 - 2.2. A ADJUDICATÁRIA deverá promover a abertura da CONTA RESERVA, observadas as disposições deste APÊNDICE, do CONTRATO e ANEXOS, a qual deverá ser de titularidade do DER/SP. Por seu turno, o, DER/SP PODER CONCEDENTE e a ARTESP se comprometem a tomar todas as medidas, fornecer documentos e informações necessários, participar de reuniões e realizar demais providências que sejam requeridas para abertura da CONTA RESERVA nos termos aqui estabelecidos, envidando seus melhores esforços para que a abertura da CONTA RESERVA ocorra de maneira tempestiva e eficiente.
 - 2.3. A CONTA RESERVA receberá exclusivamente o valor do APOORTE PÚBLICO MÁXIMO, não podendo outros valores serem destinados, a qualquer título.
 - 2.4. Para todos os efeitos legais, as PARTES reconhecem que os recursos depositados na CONTA RESERVA somente podem ser movimentados pelo BANCO DEPOSITÁRIO nos termos deste ANEXO, não podendo ser objeto de contingenciamento pelo DER/SP e/ou pelo PODER CONCEDENTE.
 - 2.5. Caso caracterizada a hipótese prevista no artigo 4º do Decreto Estadual nº 62.867, de 03 de outubro de 2017, a CONTA RESERVA poderá ser aberta junto a outra instituição financeira, eleita pela CONCESSIONÁRIA.
3. A CONTA RESERVA será movimentada exclusiva e autonomamente pelo BANCO DEPOSITÁRIO, de acordo com as regras estabelecidas no CONTRATO e ANEXOS, incluindo as seguintes obrigações:
 - (i) O DER/SP se obriga a não fornecer quaisquer instruções ao BANCO DEPOSITÁRIO relativas à CONTA RESERVA, ressalvada a NOTIFICAÇÃO DE DESEMBOLSO;
 - (ii) A ARTESP se obriga a não fornecer quaisquer instruções ao BANCO DEPOSITÁRIO relativas à CONTA RESERVA, ressalvada a solicitação de liquidação de eventual saldo financeiro na CONTA RESERVA, em favor do DER/SP, após o pagamento do último EVENTO DE DESEMBOLSO e demais itens previstos no item 5.1 do ANEXO

19;

- (iii) O BANCO DEPOSITÁRIO cumprirá todas as disposições constantes das notificações e documentos recepcionados, desde que estejam de acordo com as determinações deste CONTRATO.
4. Sempre que solicitado pelas PARTES, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá enviar informações sobre a CONTA RESERVA, incluindo saldos, extratos e históricos de investimentos, depósitos e transferências.
5. Quando do recebimento da NOTIFICAÇÃO DE DESEMBOLSO ou NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO, se cabível nos termos do ANEXO 19, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá realizar a transferência do montante indicado na respectiva notificação à CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO.
6. Para os fins dispostos neste APÊNDICE, as menções às contas a serem livremente movimentadas deverão ser entendidas como uma ou mais contas correntes indicadas, conforme o caso, pela CONCESSIONÁRIA, FINANCIADORES, ou seus representantes que tenham a prerrogativa de exercício dos direitos e obrigações que lhe são conferidos, nos termos dos contratos de financiamento e/ou conforme o ACORDO TRIPARTITE, se celebrado (CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO).
7. As PARTES concordam que os valores depositados na CONTA RESERVA poderão ser investidos nas seguintes alternativas:
- 7.1. Títulos Públicos de emissão do Tesouro Nacional pós-fixados, com liquidez compatível com as obrigações de transferência previstas no CONTRATO e neste ANEXO, de acordo com o contrato de administração de contas firmado com o BANCO DEPOSITÁRIO;
- 7.2. Cotas de fundo de investimento, com liquidez compatível com as necessidades da CONTA RESERVA, cuja política de investimento admita a alocação de recursos exclusivamente nos ativos identificados no item 7.1 acima, e apenas admita a realização de operações com derivativos para proteção das posições detidas à vista, até o limite dessas.
- 7.3. Todas as aplicações deverão ser realizadas com recursos da respectiva CONTA RESERVA e os resgates deverão ser feitos por meio de crédito na mesma conta.
- 7.4. Todo e qualquer rendimento obtido com os investimentos realizados com os valores depositados na CONTA RESERVA será acrescido ao saldo da respectiva conta, para todos os fins deste ANEXO.
8. Mediante o encerramento do PERÍODO DE CONSTRUÇÃO, caso existam quaisquer recursos remanescentes na CONTA RESERVA, tais recursos deverão ser transferidos para uma conta de titularidade do DER/SP, a ser por ele indicado, quando do encerramento da CONTA RESERVA.

FUNCIONAMENTO DA CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO

9. A CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO, indicada no ANEXO 04, de movimentação restrita às destinações ou vinculações previstas no CONTRATO e seus ANEXOS, será aberta e mantida às expensas da CONCESSIONÁRIA como condição para iniciar a OPERAÇÃO COMERCIAL PLENA ou, se o caso, a OPERAÇÃO COMERCIAL PARCIAL.

- 9.1. A CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO será de titularidade do PODER CONCEDENTE, observado o item 2.2 deste APÊNDICE.
- 9.2. Caso alguma situação implique atraso ou inviabilize a abertura da CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO de titularidade do PODER CONCEDENTE, será facultado à CONCESSIONÁRIA, caso devidamente motivado e autorizado pela ARTESP, que realize a abertura da referida CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO sob titularidade da CONCESSIONÁRIA, condição esta que terá caráter provisório, devendo a CONCESSIONÁRIA, no âmbito do CONTRATO, promover a imediata adequação da titularidade da CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO ao PODER CONCEDENTE, tão logo seja possível e tenha cessado a condição que justificou a solução aqui disposta.
10. As PARTES, a ARTESP e o DER/SP deverão celebrar contrato de administração de contas com o BANCO DEPOSITÁRIO a fim de reger o funcionamento da CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO, nos termos deste APÊNDICE e do CONTRATO.
11. O SALDO EM FAVOR DA CONCESSÃO deverá ser depositado pelo BANCO DEPOSITÁRIO na CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO, nos termos do APÊNDICE D.
12. O SALDO EM FAVOR DA CONCESSÃO deverá ser utilizado para os seguintes fins, em ordem de prioridade, sendo o item “i” o de maior prioridade:
- (i) Recomposição da garantia da CPP;
 - (ii) Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO;
 - (iii) Investimentos relacionados às demandas apresentadas por meio do SISDEMANDA; e
 - (iv) Manutenção da modicidade tarifária.
- 12.1. Para fins da movimentação prevista no item 12, inciso (i) acima, a CONCESSIONÁRIA deverá enviar notificação ao BANCO DEPOSITÁRIO, com cópia à CPP, à ARTESP e ao PODER CONCEDENTE, indicando os valores pagos pela CPP, somado a juros de mora, nos termos e após exaurido o prazo de 90 (noventa) dias constante da Cláusula 11.11 do CONTRATO.
- 12.1.1. Caso haja saldo na CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá transferir os recursos à CPP, conforme dados bancários indicados na notificação da CPP prevista na Cláusula 11.11 do CONTRATO.
- 12.1.2. A CONCESSIONÁRIA só poderá enviar notificação ao BANCO DEPOSITÁRIO para fins de cumprimento do item 12.1 acima.
13. Após a extinção do CONTRATO, havendo saldo na CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO, o valor nela depositado será transferido para o PODER CONCEDENTE.

FUNCIONAMENTO DA CONTA FREE FLOW

14. A CONTA FREE FLOW, de movimentação restrita às destinações ou vinculações previstas no CONTRATO e seus ANEXOS, será aberta e mantida às expensas da CONCESSIONÁRIA como condição para iniciar a OPERAÇÃO COMERCIAL PLENA ou, se o caso, a OPERAÇÃO COMERCIAL PARCIAL.
 - 14.1. A CONTA FREE FLOW será de titularidade do DER/SP, observado o item 2.2 deste APÊNDICE e deverá, observado o item 2.5, ser aberta obrigatoriamente junto ao Banco do Brasil S.A. em razão do previsto no Decreto Estadual nº 62.867, de 03 de outubro de 2017.
 - 14.2. As PARTES, a ARTESP e o DER/SP deverão celebrar contrato de administração de contas com o BANCO DEPOSITÁRIO a fim de reger o funcionamento da CONTA FREE FLOW, nos termos deste APÊNDICE e do CONTRATO.
15. A CONTA FREE FLOW deverá receber os montantes arrecadados pela aplicação de multas de trânsito decorrentes de evasão no SISTEMA RODOVIÁRIO, nos termos do artigo 209-A da Lei nº 9.503 de 23 de setembro 1997, até o limite de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) na data-base indicada na Cláusula 3.2 do CONTRATO, sendo que, após o atingimento deste limite, nenhum outro valor será destinado à CONTA FREE FLOW, independentemente do saldo da CONTA FREE FLOW em razão do uso de seus recursos nas situações descritas nos itens 18 e 19 deste APÊNDICE.
16. Quando a CONTA FREE FLOW atingir saldo correspondente a R\$355.437.954,07 (trezentos e cinquenta e cinco milhões quatrocentos e trinta e sete mil novecentos e cinquenta e quatro reais e sete centavos), será composto o SALDO GARANTIDOR.
17. Até a composição do SALDO GARANTIDOR, os recursos depositados na CONTA FREE FLOW só poderão ser utilizados para garantir a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA DEVIDA, caso o PODER CONCEDENTE não realize o pagamento nos termos e no prazo definidos no ANEXO 26.
18. No caso de inadimplência do PODER CONCEDENTE em relação ao pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA DEVIDA, conforme regramento do CONTRATO, e independente da constituição do SALDO GARANTIDOR, a CONCESSIONÁRIA poderá enviar notificação ao BANCO DEPOSITÁRIO para que, havendo saldo e cumprida a condição prevista no item 23, transfira o valor correspondente da CONTA FREE FLOW para CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA.
 - 18.1. Em havendo saldo suficiente para quitação de apenas uma parte da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA DEVIDA, o BANCO DEPOSITÁRIO transferirá o valor disponível, sem prejuízo de acionamento da garantia indicada no item 18.5 abaixo.
 - 18.2. Para fins do item 18 acima, a CONCESSIONÁRIA deverá enviar notificação ao BANCO DEPOSITÁRIO, com cópia para ARTESP e para o PODER CONCEDENTE, indicando o valor da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA DEVIDA devidamente aprovado pela ARTESP, somado a juros de mora e atualização monetária, conforme regramento definido no ANEXO 26.
 - 18.3. Caso haja saldo, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá transferir os recursos à CONCESSIONÁRIA, até o valor da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA DEVIDA para a CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA, dentro do prazo previsto no contrato de administração de contas firmado com o BANCO DEPOSITÁRIO.

- 18.4. A superação do prazo indicado no item 18.3 para transferência do valor devido não implicará incidência de juros de mora e atualização monetária em relação ao valor inicialmente indicado, nos termos do ANEXO 26.
- 18.5. Caso não haja saldo suficiente, ou não tenha sido cumprida a condição prevista no item 23, a CONCESSIONÁRIA poderá acionar a garantia prevista na Cláusula 11.4 e seguintes do CONTRATO.
19. Sempre que verificada a existência de saldo na CONTA FREE FLOW suficiente à composição do SALDO GARANTIDOR, e desde que cumprida a condição prevista no item 23, os recursos excedentes ao SALDO GARANTIDOR disponíveis na CONTA FREE FLOW deverão ser utilizados na recomposição da garantia da CPP, nos termos da Cláusula 11.11.1 do CONTRATO. Em não havendo necessidade de recomposição, os recursos excedentes poderão ser utilizados, a critério do PODER CONCEDENTE, para realização do pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA DEVIDA ou para garantir outras obrigações contratuais do PODER CONCEDENTE, desde que relacionadas aos itens permitidos pela Resolução do Contran nº 875 de 13 de setembro de 2021, ou outra que a substitua.
- 19.1. As movimentações indicadas no item 19 acima só poderão utilizar os recursos excedentes ao SALDO GARANTIDOR.
- 19.2. O SALDO GARANTIDOR, caso utilizado, deverá ser recomposto antes da realização das movimentações previstas no item 19 acima.
- 19.3. Para fins da recomposição da garantia da CPP de que trata o item 19, a CONCESSIONÁRIA deverá enviar notificação ao BANCO DEPOSITÁRIO, com cópia à CPP, à ARTESP e ao PODER CONCEDENTE, indicando os valores pagos pela CPP, somado a juros de mora, nos termos e após o exaurimento do prazo de 90 (noventa) dias constante da Cláusula 11.11 do CONTRATO.
- 19.3.1. Caso haja saldo na CONTA FREE FLOW, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá transferir os recursos à CPP, conforme dados bancários indicados na notificação da CPP prevista na Cláusula 11.11 do CONTRATO.
20. A CONCESSIONÁRIA só poderá enviar notificação ao BANCO DEPOSITÁRIO para fins de cumprimento dos itens 18.2 e 19.3 acima.
21. As demais movimentações da CONTA FREE FLOW dependerão de notificação da ARTESP e/ou do PODER CONCEDENTE
22. Somente poderão ser direcionados à CONTA FREE FLOW os valores previstos no item 15, e até o limite nele indicado, sendo eventual excedente de livre destinação pelo DER/SP, observada a legislação aplicável.
23. Para qualquer movimentação da CONTA FREE FLOW, descrita nos itens 18 ou 19 deste APÊNDICE, deverá ser observado, como limite, o montante total de gastos já realizados pela CONCESSIONÁRIA com itens permitidos pela Resolução do Contran nº 875 de 13 de setembro de 2021, ou outra que a substitua, até a data da movimentação pretendida.
- 23.1. Anualmente, os valores gastos pela CONCESSIONÁRIA deverão ser apresentados de maneira auditada à ARTESP para contabilização.

- 23.2. A ARTESP encaminhará ao BANCO DEPOSITÁRIO, em periodicidade mínima anual, notificação informando o valor vigente do limite de movimentação da CONTA FREE FLOW.
- 23.3. Os gastos realizados pela CONCESSIONÁRIA serão reajustados, anualmente, na mesma data de realização do reajuste da TARIFA QUILOMÉTRICA, em função da variação do IPCA entre o mês de realização dos gastos e o segundo mês anterior à data do reajuste.
24. Após a extinção do CONTRATO, havendo saldo na CONTA FREE FLOW, o valor nela depositado será transferido para o DER, para destinação na forma da legislação aplicável.